



**Poder Judiciário**  
**Justiça Comum**  
**Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba**

# **PROCESSO ADMINISTRATIVO**

**PROCESSO nº 2023163044 (PA-TJ)**

Assunto: HONORÁRIOS PERICIAIS - Expediente do Juízo da 11ª Vara Cível da Comarca da Capital, requisitando pagamento de honorários em favor de Tonevânio Santos Peixoto, pela perícia realizada no processo nº 0037034-17.2009.8.15.2001, movido por JOAO EVANGELISTA DA SILVA, em face da AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

Data da Autuação: 06/11/2023

Parte: Tonevânio Santos Peixoto e outros(1)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520235322996

Nome original: OFICIO 411-2023 - PROCESSO\_ 0037034-17.2009.8.15.2001 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.pdf

Data: 06/11/2023 08:37:56

Remetente:

Fábio de Sousa Andrade

6ª Seção (11ª e 13ª Varas Cíveis)

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: De ordem do MM. Juiz de Direito da 11ª Vara Cível de João Pessoa, PB, encaminho OFÍCIO Nº 411-2023, REF. PROC. 0037034-17.2009.8.15.2001, solicitando pagamento de honorários periciais ao perito TONEVANIO SANTOS PEIXOTO - CPF: 486.469.974-72.



Número: **0037034-17.2009.8.15.2001**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **11ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **08/10/2009**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Contratos Bancários**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOAO EVANGELISTA DA SILVA (EXEQUENTE)		KALINE GOMES BARRETO (ADVOGADO)	
AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A (EXECUTADO)		HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (ADVOGADO)	
TONEVANIA SANTOS PEIXOTO (PERITO / INTÉRPRETE)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
81506005	05/11/2023 21:51	<a href="#">Ofício (Outros)</a>	Ofício (Outros)



**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**CARTÓRIO UNIFICADO CÍVEL DA CAPITAL-6ª SEÇÃO**

**FÓRUM CÍVEL DES. MÁRIO MOACYR PORTO**

*Av. João Machado, 532, Centro, João Pessoa-PB - CEP: 58.013-520 - 3º andar - Unidade Judiciária: 11ª  
Vara Cível da Capital*

---

**PROCESSO Nº: 0037034-17.2009.8.15.2001**

**CLASSE PROCESSUAL: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) - ASSUNTO: [Contratos Bancários]**

**PROMOVENTE(S): Nome: JOAO EVANGELISTA DA SILVA**

**Endereço: , JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58000-000**

**PROMOVIDO(S): Nome: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A**

**Endereço: , JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58000-000**

---

**OFÍCIO Nº411/2023**

João Pessoa-PB, em 31 de outubro de 2023

Ao

Exmo. Senhor,

**DIRETORIA ESPECIAL - TJPB**

Exmo. Senhor,

Solicito a Vossa Excelência as necessárias providências cabíveis no sentido de providenciar o pagamento dos honorários periciais arbitrados no valor de R\$600,00(seiscentos reais), para o perito, Sr. TONEVANIO SANTOS PEIXOTO - CPF: 486.469.974-72, Contador CRC-PB Nº4823/0-5, Nit Principal nº113.457.44.34-4, telefone:(83)98844-4443, email: toni\_peixoto@hotmail.com, endereço: Rua Santa Cavalcante, 192 – Praia do Poço – Cabedelo – PB, conta-corrente do Banco do Brasil SA, Agência: 3396-0, Conta: 17.265-0. De conformidade com o despacho do MM. Juiz de Direito nos



autos de nº0037034-17.2009.8.15.2001, requerida por JOAO EVANGELISTA DA SILVA, CPF:042.091.644-02, em face de AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A - CNPJ: 07.707.650/0001-10.

Atenciosamente,

MANUEL MARIA ANTUNES DE MELO

JUIZ DE DIREITO





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520235322997

Nome original: DEFERIMENTO DE JUSTICA GRATUITA REF PROC 0037034-17.2009.8.15.2001.pdf

Data: 06/11/2023 08:37:56

Remetente:

Fábio de Sousa Andrade

6ª Seção (11ª e 13ª Varas Cíveis)

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: De ordem do MM. Juiz de Direito da 11ª Vara Cível de João Pessoa, PB, encaminhado OFÍCI

O Nº411-2023, REF. PROC. 0037034-17.2009.8.15.2001, solicitando pagamento de honorários periciais ao perito TONEVANIO SANTOS PEIXOTO - CPF: 486.469.974-72.



ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DA CAPITAL  
11ª VARA CÍVEL



PROCESSO N. 2002009037034-3

DECISÃO: Tutela antecipada

JUIZ: Rodrigo Marques Silva Lima

Vistos, etc.

Verte da peça vestibular que o autor assevera que firmou com o réu contrato de financiamento de veículo, contudo vem sendo cobrando em valores astronômicos, porquanto os reajustes e índices aplicados são desconformes com os previstos no contrato, mormente os juros acima de 12% ao ano.

Desse modo, requer que seja deferida tutela antecipada no sentido de que seja juntado aos autos o contrato celebrado com o réu, suspensão da busca e apreensão do veículo, bem assim que seja ordenado o não envio do nome do autor aos órgãos de proteção ao crédito, além de outras providências que dependem da análise contratual para a detecção do descumprimento de cláusulas.

Não é difícil perceber que não se encontra presente o *fumus boni juris* necessário à antecipação da tutela.

Inicialmente porque a juntada do contrato independe da concessão da tutela antecipada, eis que constitui dever processual do promovido, no intuito de comprovar a licitude de suas cobranças. Ademais, é mister que se inverta o ônus da prova, de modo que ao banco caberá trazer à lume a correção da cobrança perpetrada.

De outro modo, por não se encontrar nos autos o contrato de financiamento até o presente momento processual, não está viabilizada a análise do exagero na cobrança da dívida que, segundo o autor, está em desconformidade com o contrato.

Como é cediço, resta pacífico o entendimento de que não mais existe limitação de juros no Brasil, quando se trata de instituições financeiras.

Nesse sentido tem decidido o Superior Tribunal de Justiça e demais tribunais pátrios:

"CIVIL E PROCESSUAL - RECURSO ESPECIAL - PREQUESTIONAMENTO - INSUFICIÊNCIA - CARTÃO DE CRÉDITO - ADMINISTRADORA - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - JUROS - ININCIDÊNCIA DA LIMITAÇÃO DA LEI DE USURA - I. A ausência de prequestionamento impede o conhecimento do Recurso Especial. II. As administradoras de cartão de crédito são instituições financeiras. III. Não se limitam os juros do financiamento à Lei de Usura. IV. Precedentes do STJ. V. Agravo improvido." (STJ - AGA 481127 - RS - 4ª T. - Rel. Min. Aldir Passarinho Junior - DJU 22.09.2003 - p. 00336)



CONTRATO BANCÁRIO - CÓDIGO DO CONSUMIDOR -  
APLICABILIDADE AOS BANCOS - LIMITAÇÃO DOS JUROS -  
IMPOSSIBILIDADE - PRECEDENTES - 1. Súmula 297 do stj: "o  
Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições  
financeiras. " 2. A Emenda Constitucional nº 40/2003 extremou de  
qualquer dúvida a matéria relativa ao limite anual de 12% dos juros,  
ao revogar o § 3º do art. 192 da Constituição Federal, afastando a  
limitação. 3. Apelação provida parcialmente. (TRF 4ª R. - AC  
2001.71.13.004796-7 - 3ª T. - Rel. Des. Fed. Carlos Eduardo Thompson  
Flores Lenz - DJU 31.05.2006 - p. 654) JCF.192 JCF.192.3

Assim, não consta dos autos a prova pré-constituída do abuso  
alegado pelo autor.

Ora, a prova inequívoca dos fatos que originam o direito do  
autor está por ser produzida, pelo que não há como se colher da exordial a  
verossimilhança da alegação. Outrossim, dos fatos é que se extraem os direitos, e da  
comprovação inequívoca dos fatos ilegais ou injustos é que se chega a o *fumus boni juris*  
imprescindível à concessão da tutela *inaudita altera pars*. No caso vertente apenas após a  
análise do contrato é que será possível se averiguar a injustiça ou não da cobrança, posto  
que os documentos acostados à inicial não permitem a plena cognição do caso. Poderá o  
réu anexar a prova da dívida à contestação, contrariando os fatos inaugurais.

Acerca do tema vejamos o ensinamento do insigne Nelson Nery  
Junior, em sua obra Código de Processo Civil Comentado, ed. Revista dos Tribunais, 3ª  
edição, pg.548, *in verbis*:

*"Essa prova inequívoca é do fato título do pedido (causa de  
pedir). Tendo em vista que a medida foi criada em benefício apenas do autor, com a  
finalidade de agilizar a entrega da prestação jurisdicional, deve ser concedida com  
parcimônia, de sorte a garantir o princípio constitucional de igualdade de tratamento  
das partes."*

Inexistente a comprovação dos fatos que ensejam o bom direito,  
impossível a concessão da tutela antecipada:

*"Não se concede tutela antecipada, quando se não fazem  
presentes a fumaça do bom direito e o dano irreparável ou de difícil reparação e se  
apresenta o perigo da irreversibilidade." (Ac. un. da 1ª Câmara do TJRS de 21.05.1997, rel.  
Des. Celeste Vicente Rovani; RJTJRS 183/222) (Grifo nosso.)*

Ademais, caso sejam os fatos passíveis de comprovação ulterior  
pela dilação probatória, também afastada resta a concessão da tutela:

*"Inexistindo prova inequívoca que impeça se convença o Juiz  
da verossimilhança da alegação e havendo necessidade de produção de prova descabe a  
outorga da tutela antecipada." (Ac. un. da Câmara do 2º TACivSP de 29.10.96, rel. Juiz  
Adail Moreira.)*

*"A prova inequívoca de que trata o art. 273 do CPC deve ser  
aquela sobre a qual não recaia qualquer dúvida que se basta por si e não exige qualquer  
complementação. Se necessárias a produção de provas no curso do processo, não há  
como ser deferida a antecipação de tutela." (Ac. da Seção Especial de Reexame do TST da 2ª R. de  
27.08.96, rel. Juiz José Roberto Vinha.) (Grifos nossos.)*

Com efeito, convém salientar que, em relação a parte dos  
pedidos iniciais, não restou devidamente comprovado o bom direito do autor



(verossimilhança das alegações), requisito intransponível à concessão da tutela pretendida *in initio litis*.



PELO EXPOSTO, com fulcro na fundamentação supra, **DENEGO A TUTELA ANTECIPADA**. Outrossim, determino à ré que junte à contestação o contrato firmado com autor, sob pena de incorrer nas consequências contratuais de sua inércia, posto que desde já inverte o ônus da prova em favor do autor.

Denego o recolhimento da parte incontroversa, porquanto não há prova do abuso alegado na inicial.

Defiro a gratuidade da justiça.

Cite-se o réu para contestar, querendo, no prazo de 15 dias, sob as advertências dos artigos 285 e 319 do CPC.

Cumpra-se

João Pessoa, 26 de outubro de 2009.

**RODRIGO MARQUES SILVA LIMA**  
Juiz de Direito da 11ª Vara Cível

DATA

Nesta data recebeu em Cartório  
estes autos do  
João Pessoa  
Analista Técnico



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520235322998

Nome original: DECISAO - JUSTICA GRATUITA - PERICIA -PROCESSO\_ 0037034-17.2009.8.15.2  
001 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.pdf

Data: 06/11/2023 08:37:56

Remetente:

Fábio de Sousa Andrade

6ª Seção (11ª e 13ª Varas Cíveis)

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: De ordem do MM. Juiz de Direito da 11ª Vara Cível de João Pessoa, PB, encaminhado OFÍCI  
O Nº411-2023, REF. PROC. 0037034-17.2009.8.15.2001, solicitando pagamento de honorár  
ios periciais ao perito TONEVANIO SANTOS PEIXOTO - CPF: 486.469.974-72.



Número: **0037034-17.2009.8.15.2001**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **11ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **08/10/2009**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Contratos Bancários**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOAO EVANGELISTA DA SILVA (EXEQUENTE)		KALINE GOMES BARRETO (ADVOGADO)	
AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A (EXECUTADO)		HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (ADVOGADO)	
TONEVANIA SANTOS PEIXOTO (PERITO / INTÉRPRETE)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
73949813	29/05/2023 09:21	<a href="#">Sentença</a>	Sentença



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**11ª Vara Cível da Capital**

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) 0037034-17.2009.8.15.2001  
[Contratos Bancários]  
EXEQUENTE: JOAO EVANGELISTA DA SILVA  
EXECUTADO: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A

*V i s t o s*

*e t c .*

1. Tendo em vista já existir nestes autos sentença proferida (ID. 25946357 - págs. 48/63), com intimação das partes e subsequente certidão de trânsito em julgado, bem como tendo verificado a inexistência de movimentação deste ato judicial no Sistema PJE, lanço, nesta oportunidade, o movimento de **sentença** respectivo, para fins estatísticos.

2. Ato contínuo, considere-se para fins de cálculos as informações constantes no contrato acostado aos autos sob ID. 25946361 - pag. 32, visto que o autor, devidamente intimado, não juntou o contrato que considera correto.

3. Tendo em vista o disposto no art. 6º do CPC, depreende-se que o processo é produto de uma atividade cooperativa triangular, composta pelo juiz e pelas partes, que exige uma postura ativa, de boa fé e isonômica de todos os atores processuais, e, especificamente do juiz, a atuação como agente colaborador do processo, e não mero fiscal de regras, visando à tutela jurisdicional específica, célere e adequada. Traduz-se, portanto, em um diálogo entre partes e juiz, que encontra, porém, limites na natureza da atuação de cada um dos atores processuais.

*C o n f i r a - s e :*

*“Art. 6º. Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva”.*

Nesse norte, verificando-se que a apresentação e elaboração dos cálculos competem às partes e existindo divergência entre eles, necessária seria a remessa dos autos à Contadoria do Juízo, todavia, sabendo-se que o referido setor encontra-se abarrotado de processos e que os cálculos não se mostram de alta complexidade, deixo de remetê-los.

De outra banda, em harmonia com o princípio da cooperação encimado, o art. 524, § 2º, do CPC autoriza que, para a verificação dos cálculos, o juiz se valha de contabilista, que terá o prazo



máximo de 15 (quinze) dias para efetuar os cálculos necessários ao deslinde do processo.

Considerando que o exequente é beneficiário da Justiça Gratuita, aplica-se à casuística os termos Resolução nº 09/2017 do TJPB.

Nomeio o contador **Tonevânio Santos Peixoto** independente de termo de compromisso, para realização do exame técnico, identificando e apontando o valor da execução, tendo como parâmetro o título executivo judicial já transitado em julgado.

Destaque-se, ainda, não olvidar o *expert* acerca da não incidência da correção monetária e juros de mora nos valores já bloqueados e/ou depositados.

Assim sendo, de acordo com os artigos 4º e 5º, da Resolução nº 09/2017 do TJPB, e levando em conta a complexidade da perícia a ser realizada, fixo o valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), a título de honorários periciais, em conformidade com a tabela que acompanha o referido normativo.

Intime-se o aludido profissional para dizer se aceita o encargo e, em caso positivo, fixando prazo de 15 (quinze) dias para apresentação do exame técnico conclusivo, sendo possível dilação por mais 5 (cinco) dias, desde que justificado.

Com o laudo, intmem-se as partes para eventuais manifestações, no prazo comum de 5 ( c i n c o ) d i a s .

João Pessoa, data e assinatura eletrônicas.

**Carlos Eduardo Leite Lisboa**  
*Juiz de Direito*





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520235322999

Nome original: LAUDO PERICIAL - PROCESSO\_ 0037034-17.2009.8.15.2001 - CUMPRIMENTO DE  
SENTENÇA.pdf

Data: 06/11/2023 08:37:56

Remetente:

Fábio de Sousa Andrade

6ª Seção (11ª e 13ª Varas Cíveis)

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: De ordem do MM. Juiz de Direito da 11ª Vara Cível de João Pessoa, PB, encaminhado OFÍCI  
O Nº411-2023, REF. PROC. 0037034-17.2009.8.15.2001, solicitando pagamento de honorár  
ios periciais ao perito TONEVANIO SANTOS PEIXOTO - CPF: 486.469.974-72.



Número: **0037034-17.2009.8.15.2001**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **11ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **08/10/2009**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Contratos Bancários**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOAO EVANGELISTA DA SILVA (EXEQUENTE)		KALINE GOMES BARRETO (ADVOGADO)	
AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A (EXECUTADO)		HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (ADVOGADO)	
TONEVANO SANTOS PEIXOTO (PERITO / INTÉRPRETE)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
80308166	06/10/2023 08:08	<a href="#">Laudo Final Proc. nº 0037034-17.2009.8.15.2001 - João Evangelista X Aymore</a>	Documento de Comprovação



EXMO. SENHOR JUIZ DA 11ª VARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA COMARCA DA CAPITAL

**PROCESSO Nº:** 0037034-17.2009.8.15.2001

**EXEQUENTE:** João Evangelista Da Silva

**EXECUTADO:** Aymore Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

TONEVÂNIO SANTOS PEIXOTO, PERITO contador, inscrito no CRC/PB sob o nº 4823/O-5, com endereço profissional constante no rodapé, Perito Contador habilitado nos termos do artigo 156 do Código de Processo Civil, honrosamente nomeado por este Douto Juízo para trabalho pericial no processo em epígrafe, vem apresentar o resultado de seu trabalho, realizado nesse processo, requerendo que o mesmo seja juntado aos autos, para os devidos fins.

Nestes Termos,

Pede e Espera deferimento.

Cabedelo-PB, 05 de outubro de 2023

**TONEVÂNIO SANTOS PEIXOTO**

Perito Contador CRC-PB Nº 4823/O-5

1

Rua Santa Cavalcante, 192 – Praia do Poço – Cabedelo – PB

Telefone: (83) 98844-4443

toni\_peixoto@hotmail.com



## LAUDO PERICIAL FINAL

### 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

#### 1.1 Objeto e Objetivo da Perícia

##### 1.1.1 Objeto da Perícia:

Trata-se de ação de revisão contratual de financiamento com pedido de tutela antecipada.

##### 1.1.2 Objetivo da Perícia:

O presente exame pericial decorre da postulação da parte autora da ação solicitando revisão contratuais e exclusão da capitalização dos juros, o anatocismo, dentre outros pedidos. Referida ação foi julgada parcialmente procedente.

A parte ré, por sua vez, sustenta que o autor não apontou as cláusulas que pretende revisar, que o autor teve prévio conhecimento de todas as cláusulas do contrato firmado, por isso, alega que as afirmações autorais são inverídicas e seus pleitos infundados, pelo que não merecem ser acolhidos.

#### 1.2 Responsabilidade Profissional, Metodologia e Critérios de Trabalho:

O escopo da prova pericial financeira é comunicar às partes interessadas, em linguagem simples, os fatos observados sob a ótica Econômico-Financeira, dentro de uma filosofia que permita aproveitar os fatos observados, à mercê dos exames procedidos, para o esclarecimento dos pontos dúbios e revelar a verdade que se quer conhecer.

Buscou-se analisar o sistema de argumentação e contra argumentações usadas nesta lide, a sua lógica e a sua coerência com a prática e com os usos e costumes aplicados a investigação pericial de cunho financeiro, econômico e fiscal, em casos congêneres, ou seja: trabalhos para atender aos quesitos formulados.

Conforme preceitua o artigo 474 do CPC, as partes foram cientificadas do início dos trabalhos periciais, através da petição, entregue por este perito – Id. 73949813 dos autos.

Destarte, foram considerados os documentos constantes nos autos (vide item 1.7 adiante), suficientes para este *expert* formar sua convicção técnica que permitiu fazer a execução da sentença do processo que deu início a essa lide, o Perito Judicial, para atingir seu escopo, pode se valer das prerrogativas inscritas no art. 473 e § 3º do CPC, e passar a usar as alternativas nele previstas, tendo como limite a legalidade de seus procedimentos investigatórios.

#### 1.3 Procedimentos

Os procedimentos realizados estão em seguida sumariados concomitante com o solicitado nos quesitos do processo:

- a) Análise da documentação do processo;
- b) Análise do cálculo da sentença das partes;

2

Rua Santa Cavalcante, 192 – Praia do Poço – Cabedelo – PB  
Telefone: (83) 98844-4443  
toni\_peixoto@hotmail.com



- c) Análise dos apontamentos da Contadoria Judicial;  
d) Cálculo da sentença atualizado.

#### **1.4 Da Inicial e dos Cálculos para Execução da Sentença do Exequente:**

Na Exordial, Id. 25946356, pág. 1-27, a parte requerente alega que ajuizou a presente ação para revisar cláusulas do contrato de um financiamento de veículo que o autor celebrou com a instituição financeira. Afirma que a instituição financeira se aproveitou da situação de fragilidade financeira do autor para inserir no contrato cláusulas leoninas, abusivas e ilegais, tendo também incluso taxas de emissão de boletos e de análise de crédito.

A parte autora informou não ter nenhuma via do contrato, tendo anexado apenas um boleto de pagamento, no Id. 25946356, pág. 31-32, que não possui quaisquer dados financeiros além do valor da prestação. Também não chegou a apontar quaisquer valores para execução da sentença.

#### **1.5 Da Contestação e dos Cálculos para Execução da Sentença do Executado:**

A parte Executada apresentou Contestação, Id. 25946354, pág. 44-100 e Id. 25946357, pág. 1-3, sustentando que o cliente tinha prévio conhecimento de todas as cláusulas do contrato e que não há nenhuma evidência de abusividade no contrato. Afirma ainda que o cliente, visando a aquisição de um veículo, por meio do qual contraiu uma dívida a ser paga em 24 prestações, cada uma com valor de R\$ 759,52. Na página 49 do primeiro Id. A parte chega a citar que "(...) no tocante à cobrança de encargos abusivos, são falaciosas, vez que não há cobranças de juros extracontratuais, conforme se verifica em contrato (...)", mas também não apresentou o contrato celebrado entre as partes.

No Id. 78632571, o executado vem requerer a juntada do contratado firmado entre as partes, apresentado no Id. 78632574. DEIXOU DE APRESENTAR EXTRATO COM PARCELAS PAGAS E ADIMPLIDAS, COM DATA DO EFETIVO PAGAMENTO, solicitada por este perito no Id. 75189217.

#### **1.6 Do prazo assinado:**

O prazo determinado para feitura dos trabalhos periciais foi restringido ao lapso de 15 (quinze) dias conforme determinações deste Douto Juiz, na decisão, Id. 73949813, conforme preceitua o art. 465 do CPC.

#### **1.7 Da documentação periciada e/ou solicitada**

##### **1.7.1 Da documentação periciada:**

É a seguinte documentação periciada:

- 1 Petição Inicial
- 2 Contestação
- 3 Contrato

#### **1.8 Da Sentença e suas Reformas**



A sentença proferida em 31/05/2010, no Id. 25946357, pág. 48-63, citava que julgava procedente:

(...) diante da inexistência de respaldo contratual, declarar insubsistente a cobrança de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, bem como a prática do anatocismo, taxas administrativas (TAC e TEC), comissão de permanência, multa de 2% e encargos sobre o débito originalmente contraído pelo autor (...) a restituição do indébito de forma simples, (...)”.

Na Apelação Cível, em 02/08/2012, houve provimento parcial no sentido de manter a cobrança de TAC e TEC, no Id. 25946358, pág. 61-71.

Em nova Apelação Cível, em 05/06/2014, foi acolhido a preliminar de cerceamento de defesa, no Id. 25946360, pág. 72-80.

Em nova sentença, em 10/05/2017, no Id. 25946361, pág. 19-26, foi julgado procedente o pedido para:

(...)revisão contratual para determinar a média do mercado da época da contratação, divulgada pelo Bacen, praticada em operações da mesma espécie, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o devedor; afastar a capitalização mensal, afastar a cobrança da Tarifa de Emissão de Carnê (TEC) e Tarifa de Abertura de Crédito (TAC); bem como afastar a cobrança de comissão de permanência, determinando que os valores pagos a maior, indevidamente, sejam devolvidos, de forma simples, conforme acima aludido, acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação e corrigido monetariamente pela INPC desde os efetivos pagamentos indevidos (...) honorários advocatícios que arbitro em R\$ 1.000,00(...)

Temos algumas ponderações sobre este cálculo. Tivemos de solicitar por duas vezes a apresentação do contrato e do demonstrativo dos valores pagos, sendo que este último não foi apresentado até o momento em que este laudo é realizado. Conforme Despacho do Douto Magistrado no Id. 77077569, realizamos os cálculos dentro das possibilidades. Então fizemos os seguintes ajustes para confecção deste laudo:

1. Utilizamos as datas de pagamento como se tivessem sido pagas todas as 24 prestações em suas respectivas datas de vencimento, já que não há prova diferente disso nos autos.
2. O banco apresentou uma proposta de contratação, então não temos certeza da data de celebração do contrato. O Site do Bacen disponibiliza a taxa média em virtude da data de assinatura, então tomamos como dia 30/04/2009. Como a média do período foi de 2,18625%, permanecemos com a taxa contratada (ver observação sobre ela abaixo)
3. No documento anexo, Demonstrativo de Custo Fixo Total – Operação de Financiamento, Id. 78632574, não há menção a cobrança de Taxa de Emissão de Boleto, portanto, em resumo, o único item afastado na sentença foi a cobrança da TAC.

No Anexo III foi realizada o cálculo da prestação referente a um financiamento do valor total das taxas ilegais conforme o contrato de financiamento, nos moldes do que foi contratado em abril de 2009, no Id. 78632574. Fizemos uma simulação do contrato original para verificar se a taxa contratada (1,66% a.m.) resultava no valor de parcela contratada, como não encontramos o valor da parcela, fizemos o ajuste da taxa de juros até que chegasse o valor da prestação, tendo encontrado uma taxa efetiva de 1,8552% a.m. Em



seguida fizemos do lado direito a tabela usando a mesma taxa de juros encontrada, com o valor do financiamento sem a TAC, onde simulamos como seria o financiamento sem o valor da TAC. No Anexo IV foi feita a diferença entre a parcela paga e a parcela que deveria ser paga sem a TAC, a atualização monetária pela INPC destes valores, da data do efetivo desembolso de cada parcela e juros de 1% a.m. da citação até 31/08/2023.

Posteriormente, no Anexo V, apresentamos um resumo dos valores devido a parte autora e seu advogado. Como o valor dos honorários foram em valor fixo, fizemos a atualização do mesmo da data deste arbitramento, bem como o cálculo dos juros que, nesse caso, é calculado da data do trânsito em julgado da sentença.

## **2. CONCLUSÕES**

Observou-se que tal ação é resultado da discussão de abusividade nas cobranças realizadas em contrato de financiamento de veículo. Fizemos o cálculo da execução da sentença contemplando todas as reformas havidas, até a presente data, conforme nos foi designado pelo Douto Magistrado no Id. 71819235, onde:

Nomeio o contador Tonevânio Santos Peixoto independente de termo de compromisso, para realização do exame técnico, **identificando e apontando o valor da execução, tendo como parâmetro o título executivo judicial já transitado em julgado.** (...) que terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para **efetuar os cálculos necessários ao deslinde do processo.**

Em virtude de ter sido contratado pelo Douto Magistrado, como foi exposto acima, única e exclusivamente para apontar o valor da execução para cumprimento de sentença, este foi o trabalho que dá por concluído, estando à disposição de todos para sanar quaisquer dúvidas acerca do mesmo. Se os nobres advogados desejarem, podem pedir aos seus assistentes técnicos que reproduzam as planilhas aqui reproduzidas para esclarecer os quesitos apresentando, sendo os mesmos contadores e/ou economistas estarão habilitados para fazê-los sem dificuldades.

## **3. ENCERRAMENTO**

Nada mais a oferecer, dá-se por concluído o presente LAUDO PERICIAL ECONÔMICO-FINANCEIRO composto por 05 laudas escritas somente no anverso, sendo a última assinada digitalmente a fim revesti-las da competente autenticidade e 06 páginas de anexos, totalizando 12 laudas todas devidamente numeradas.

Sem mais para o momento, através do presente trabalho, onde pretende este Perito ter alcançado a finalidade almejada pelo Douto Juiz, conservo-me à disposição para eventuais esclarecimentos que, porventura, possam ser solicitados, e a quesitos suplementares, estando estes sujeitos a honorários adicionais.

Termos em que pede deferimento.



## ANEXO I – Taxa Média Bacen em 30/04/2009

Taxas de juros de operações de crédito		
Classificadas por ordem crescente de taxa		
Modalidade:	Pessoa física - Aquisição de veículos automotores	Tipo: Prefixado
Taxas efetivas ao mês (%)		
Período: de 09/04/2009 a 16/04/2009		
Publicado em: 30/04/2009		
Posição	Instituição	Taxa de juros
1	BCO MERCEDES-BENZ S.A.	0,89
2	BMW FINANCEIRA S A CFI	1,39
3	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1,43
4	BANCO FIDIS	1,48
5	BCO VOLVO BRASIL S A	1,51
6	HSBC BANK BRASIL SA BCO MULTIP	1,63
7	CIA DE CFI RENAULT DO BRASIL	1,65
8	BRB CFI S A	1,66
9	BCO DO BRASIL S A	1,68
10	BCO VOLKSWAGEN S A	1,71
11	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	1,73
12	BCO TOYOTA DO BRASIL S A	1,73
13	FINANC ALFA S A CFI	1,76
14	HSBC FINANCE S.A. BM	1,77
15	BCO PSA FINANCE BRASIL S A	1,77
16	BCO FIAT S A	1,81
17	BANCO GMAC	1,83
18	BCO ABN AMRO REAL S A	1,85
19	BCO SAFRA S A	1,86
20	AYMORE CFI	1,86
21	BANCO RODOBENS	1,89
22	BCO NOSSA CAIXA S A	1,93
23	BCO HONDA S A	1,95
24	PORTOSEG S A CFI	2,01
25	BCO BMG S A	2,04
26	MERCANTIL BRASIL FIN S A CFIS	2,07
27	BCO FINASA BMC S.A.	2,09
28	BCO BANESTES S A	2,11
29	BANCO SOFISA	2,13
30	BCO BRADESCO S A	2,13
31	BCO GE CAPITAL S A	2,2
32	BCO BGN S A	2,24
33	BCO ITAU S A	2,25
34	BCO ITAUCARD	2,3
35	BCO J SAFRA S A	2,5
36	BCO A J RENNER S A	2,5
37	FINANSINOS S A CFI	2,64
38	BCO DO EST DO RS S A	2,66
39	PARANA BCO S A	2,69
40	BCO DAYCOVAL S.A.	2,7
41	BV FINANCEIRA SA CFI	2,74
42	BCO YAMAHA MOTOR S.A.	2,96
43	FINAMAX S A CFI	3,07
44	BCO PAULISTA S A	3,32
45	OMNI SA CFI	3,46
46	BCO PECUNIA S A	3,48
47	CIFRA S A CFI	3,73
48	BARIGUI S A CFI	4,15
<b>MÉDIA</b>		<b>2,18625</b>
Fonte: Instituições financeiras		
Obs.:		
Não estão consideradas as operações de leasing.		
As taxas efetivas mês resultam da capitalização das taxas efetivas-dia pelo número de dias úteis existentes no intervalo de 30 dias corridos, excluindo-se o primeiro dia útil e incluindo o último. Caso a data final seja em dia não útil, será considerado o próximo dia útil subsequente.		
Caso alguma instituição não apareça no ranking, ou ela não opera na modalidade ou não prestou informação para todo o período, estando, neste segundo caso, sujeita às penalidades previstas na legislação vigente. Verificar a posição individual da instituição.		

6

Rua Santa Cavalcante, 192 – Praia do Poço – Cabedelo – PB  
Telefone: (83) 98844-4443  
toni\_peixoto@hotmail.com



## ANEXO II – Índice de Correção Monetária – Mensal e Acumulado

Data	188 - Índice nacional de preços ao consumidor (INPC) - Var. % mensal	Índice Acumulado - INPC - Até 08/2023
jun/09	0,42	2,264646
jul/09	0,23	2,255174
ago/09	0,08	2,249999
set/09	0,16	2,248201
out/09	0,24	2,244609
nov/09	0,37	2,239235
dez/09	0,24	2,230981
jan/10	0,88	2,225639
fev/10	0,7	2,206224
mar/10	0,71	2,190888
abr/10	0,73	2,175442
mai/10	0,43	2,159677
jun/10	-0,11	2,150430
jul/10	-0,07	2,152798
ago/10	-0,07	2,154306
set/10	0,54	2,155815
out/10	0,92	2,144236
nov/10	1,03	2,124689
dez/10	0,6	2,103028
jan/11	0,94	2,090485
fev/11	0,54	2,071017
mar/11	0,66	2,059894
abr/11	0,72	2,046388
mai/11	0,57	2,031759
jun/11	0,22	2,020244
jul/11	0	2,015809
ago/11	0,42	2,015809
set/11	0,45	2,007378
out/11	0,32	1,998385
nov/11	0,57	1,992011
dez/11	0,51	1,980721
jan/12	0,51	1,970670
fev/12	0,39	1,960671
mar/12	0,18	1,953054
abr/12	0,64	1,949545
mai/12	0,55	1,937147
jun/12	0,26	1,926551
jul/12	0,43	1,921555
ago/12	0,45	1,913328
set/12	0,63	1,904756
out/12	0,71	1,892831
nov/12	0,54	1,879487
dez/12	0,74	1,869392
jan/13	0,92	1,855660
fev/13	0,52	1,838744
mar/13	0,6	1,829232
abr/13	0,59	1,818322
mai/13	0,35	1,807657
jun/13	0,28	1,801352
jul/13	-0,13	1,796322
ago/13	0,16	1,798661
set/13	0,27	1,795787
out/13	0,61	1,790952
nov/13	0,54	1,780093
dez/13	0,72	1,770532
jan/14	0,63	1,757876
fev/14	0,64	1,746870
mar/14	0,82	1,735762
abr/14	0,78	1,721644

7

Rua Santa Cavalcante, 192 – Praia do Poço – Cabedelo – PB  
Telefone: (83) 98844-4443  
toni\_peixoto@hotmail.com





Data	188 - Índice nacional de preços ao consumidor (INPC) - Var. % mensal	Índice Acumulado - INPC - Até 08/2023
mai/14	0,6	1,708319
jun/14	0,26	1,698130
jul/14	0,13	1,693727
ago/14	0,18	1,691528
set/14	0,49	1,688488
out/14	0,38	1,680255
nov/14	0,53	1,673894
dez/14	0,62	1,665070
jan/15	1,48	1,654810
fev/15	1,16	1,630676
mar/15	1,51	1,611977
abr/15	0,71	1,587998
mai/15	0,99	1,576803
jun/15	0,77	1,561345
jul/15	0,58	1,549415
ago/15	0,25	1,540480
set/15	0,51	1,536639
out/15	0,77	1,528841
nov/15	1,11	1,517159
dez/15	0,9	1,500504
jan/16	1,51	1,487120
fev/16	0,95	1,464998
mar/16	0,44	1,451212
abr/16	0,64	1,444854
mai/16	0,98	1,435666
jun/16	0,47	1,421733
jul/16	0,64	1,415082
ago/16	0,31	1,406083
set/16	0,08	1,401738
out/16	0,17	1,400617
nov/16	0,07	1,398240
dez/16	0,14	1,397262
jan/17	0,42	1,395309
fev/17	0,24	1,389473
mar/17	0,32	1,386146
abr/17	0,08	1,381725
mai/17	0,36	1,380620
jun/17	-0,3	1,375668
jul/17	0,17	1,379807
ago/17	-0,03	1,377466
set/17	-0,02	1,377879
out/17	0,37	1,378155
nov/17	0,18	1,373074
dez/17	0,26	1,370607
jan/18	0,23	1,367053
fev/18	0,18	1,363916
mar/18	0,07	1,361465
abr/18	0,21	1,360513
mai/18	0,43	1,357662
jun/18	1,43	1,351849
jul/18	0,25	1,332790
ago/18	0	1,329466
set/18	0,3	1,329466
out/18	0,4	1,325490
nov/18	-0,25	1,320209
dez/18	0,14	1,323518
jan/19	0,36	1,321667
fev/19	0,54	1,316926
mar/19	0,77	1,309853
abr/19	0,6	1,299844

8

**Rua Santa Cavalcante, 192 – Praia do Poço – Cabedelo – PB**  
**Telefone: (83) 98844-4443**  
**toni\_peixoto@hotmail.com**



Data	188 - Índice nacional de preços ao consumidor (INPC) - Var. % mensal	Índice Acumulado - INPC - Até 08/2023
mai/19	0,15	1,292092
jun/19	0,01	1,290157
jul/19	0,1	1,290028
ago/19	0,12	1,288739
set/19	-0,05	1,287194
out/19	0,04	1,287838
nov/19	0,54	1,287323
dez/19	1,22	1,280409
jan/20	0,19	1,264976
fev/20	0,17	1,262577
mar/20	0,18	1,260435
abr/20	-0,23	1,258170
mai/20	-0,25	1,261070
jun/20	0,3	1,264231
jul/20	0,44	1,260450
ago/20	0,36	1,254928
set/20	0,87	1,250426
out/20	0,89	1,239642
nov/20	0,95	1,228706
dez/20	1,46	1,217143
jan/21	0,27	1,199629
fev/21	0,82	1,196398
mar/21	0,86	1,186668
abr/21	0,38	1,176549
mai/21	0,96	1,172095
jun/21	0,6	1,160950
jul/21	1,02	1,154026
ago/21	0,88	1,142374
set/21	1,2	1,132409
out/21	1,16	1,118981
nov/21	0,84	1,106150
dez/21	0,73	1,096935
jan/22	0,67	1,088986
fev/22	1	1,081738
mar/22	1,71	1,071028
abr/22	1,04	1,053021
mai/22	0,45	1,042182
jun/22	0,62	1,037514
jul/22	-0,6	1,031121
ago/22	-0,31	1,037345
set/22	-0,32	1,040571
out/22	0,47	1,043911
nov/22	0,38	1,039028
dez/22	0,69	1,035094
jan/23	0,46	1,028001
fev/23	0,77	1,023294
mar/23	0,64	1,015475
abr/23	0,53	1,009017
mai/23	0,36	1,003697
jun/23	-0,1	1,000097
jul/23	-0,09	1,001098
ago/23	0,2	1,002000
Fonte	IBGE	

### ANEXO III – Demonstrativo de Cálculo

9

**Rua Santa Cavalcante, 192 – Praia do Poço – Cabedelo – PB**  
**Telefone: (83) 98844-4443**  
**toni\_peixoto@hotmail.com**



DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO - CONFORME CONTRATO					DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO - SEM TAC					
Nº DA OPERAÇÃO:		17236666			Nº DA OPERAÇÃO:		17236666			
CONTRATANTE:		JOÃO EVANGELISTA DA SILVA			CONTRATANTE:		JOÃO EVANGELISTA DA SILVA			
BANCO:		AYMORE CRÉDITO ETC.			BANCO:		AYMORE CRÉDITO ETC.			
Valor do Financiamento:		R\$ 14.603,86			Valor do Financiamento:		R\$ 14.153,85			
Taxa Juros (a. m.):		1,8552%			Taxa Juros (a. m.):		1,8552% (*)			
Prazo (meses):		24			Prazo (meses):		24			
Juros Compostos - Tabela Price					Juros Compostos - Tabela Price					
Total de Juros		R\$ 3.624,50			Total de Juros		R\$ 3.512,81			
Juros + Saldo Inicial		R\$ 18.228,36			Juros + Saldo Inicial		R\$ 17.666,66			
Nº	Prest.	Par. Juros	Parcela Amortização	Evolução do Saldo Devedor		Nº	Prest.	Par. Juros	Parcela Amortização	Evolução do Saldo Devedor
0				14.603,86		0				14.153,85
1	759,52	270,93	488,58	14.115,28	jun-09	1	736,11	262,58	473,53	13.680,32
2	759,52	261,87	497,65	13.617,63	jul-09	2	736,11	253,80	482,31	13.198,01
3	759,52	252,63	506,88	13.110,75	ago-09	3	736,11	244,85	491,26	12.706,75
4	759,52	243,23	516,28	12.594,46	set-09	4	736,11	235,74	500,38	12.206,37
5	759,52	233,65	525,86	12.068,60	out-09	5	736,11	226,45	509,66	11.696,71
6	759,52	223,90	535,62	11.532,98	nov-09	6	736,11	217,00	519,11	11.177,60
7	759,52	213,96	545,56	10.987,43	dez-09	7	736,11	207,37	528,74	10.648,85
8	759,52	203,84	555,68	10.431,75	jan-10	8	736,11	197,56	538,55	10.110,30
9	759,52	193,53	565,99	9.865,76	fev-10	9	736,11	187,57	548,54	9.561,76
10	759,52	183,03	576,49	9.289,28	mar-10	10	736,11	177,39	558,72	9.003,04
11	759,52	172,33	587,18	8.702,10	abr-10	11	736,11	167,02	569,09	8.433,95
12	759,52	161,44	598,07	8.104,03	mai-10	12	736,11	156,47	579,64	7.854,30
13	759,52	150,35	609,17	7.494,86	jun-10	13	736,11	145,71	590,40	7.263,91
14	759,52	139,04	620,47	6.874,39	jul-10	14	736,11	134,76	601,35	6.662,56
15	759,52	127,53	631,98	6.242,40	ago-10	15	736,11	123,60	612,51	6.050,05
16	759,52	115,81	643,71	5.598,70	set-10	16	736,11	112,24	623,87	5.426,18
17	759,52	103,87	655,65	4.943,05	out-10	17	736,11	100,67	635,44	4.790,73
18	759,52	91,70	667,81	4.275,24	nov-10	18	736,11	88,88	647,23	4.143,50
19	759,52	79,31	680,20	3.595,04	dez-10	19	736,11	76,87	659,24	3.484,26
20	759,52	66,70	692,82	2.902,22	jan-11	20	736,11	64,64	671,47	2.812,79
21	759,52	53,84	705,67	2.196,55	fev-11	21	736,11	52,18	683,93	2.128,86
22	759,52	40,75	718,76	1.477,78	mar-11	22	736,11	39,49	696,62	1.432,24
23	759,52	27,42	732,10	745,68	abr-11	23	736,11	26,57	709,54	722,70
24	759,52	13,83	745,68	- 0,00	mai-11	24	736,11	13,41	722,70	- 0,00

#### ANEXO IV – Atualização Monetária e Juros Moratório da Diferença entre Prestações Pagas

10

Rua Santa Cavalcante, 192 – Praia do Poço – Cabedelo – PB  
Telefone: (83) 98844-4443  
toni\_peixoto@hotmail.com



ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DA DIFERENÇA ENTRE PRESTAÇÃO PAGA E RECALCULADA										
Nº DA OPERAÇÃO:		17236666								
CONTRATANTE		JOÃO EVANGELISTA DA SILVA								
BANCO:		AYMORE CRÉDITO ETC.								
Valor do Financiamento:		R\$ 14.153,85								
Taxa Juros (ao mês):		1,8552%								
Prazo (meses):		24								
Nº	Valor da Parcela Paga	Valor da Parcela Recalculada	Diferença Paga	Vencimento das Parcelas	INPC no mês	Índice de Cor. Monetária	Valor Corrigido INPC	Juros de 1% a.m. da citação em 17/02/2010	Valor dos Juros c/ INPC	Valor Total c/ INPC
1	R\$ 759,52	R\$ 736,11	R\$ 23,40	jun-09	0,4200	2,2646	R\$ 53,00	163%	R\$ 86,39	R\$ 139,39
2	R\$ 759,52	R\$ 736,11	R\$ 23,40	jul-09	0,2300	2,2552	R\$ 52,78	163%	R\$ 86,03	R\$ 138,81
3	R\$ 759,52	R\$ 736,11	R\$ 23,40	ago-09	0,0800	2,2500	R\$ 52,66	163%	R\$ 85,83	R\$ 138,49
4	R\$ 759,52	R\$ 736,11	R\$ 23,40	set-09	0,1600	2,2482	R\$ 52,62	163%	R\$ 85,77	R\$ 138,38
5	R\$ 759,52	R\$ 736,11	R\$ 23,40	out-09	0,2400	2,2446	R\$ 52,53	163%	R\$ 85,63	R\$ 138,16
6	R\$ 759,52	R\$ 736,11	R\$ 23,40	nov-09	0,3700	2,2392	R\$ 52,41	163%	R\$ 85,42	R\$ 137,83
7	R\$ 759,52	R\$ 736,11	R\$ 23,40	dez-09	0,2400	2,2310	R\$ 52,21	163%	R\$ 85,11	R\$ 137,32
8	R\$ 759,52	R\$ 736,11	R\$ 23,40	jan-10	0,8800	2,2256	R\$ 52,09	163%	R\$ 84,90	R\$ 136,99
9	R\$ 759,52	R\$ 736,11	R\$ 23,40	fev-10	0,7000	2,2062	R\$ 51,63	163%	R\$ 84,16	R\$ 135,80
10	R\$ 759,52	R\$ 736,11	R\$ 23,40	mar-10	0,7100	2,1909	R\$ 51,28	163%	R\$ 83,58	R\$ 134,85
11	R\$ 759,52	R\$ 736,11	R\$ 23,40	abr-10	0,7300	2,1754	R\$ 50,91	163%	R\$ 82,99	R\$ 133,90
12	R\$ 759,52	R\$ 736,11	R\$ 23,40	mai-10	0,4300	2,1597	R\$ 50,55	163%	R\$ 82,39	R\$ 132,93
13	R\$ 759,52	R\$ 736,11	R\$ 23,40	jun-10	-0,1100	2,1504	R\$ 50,33	163%	R\$ 82,04	R\$ 132,36
14	R\$ 759,52	R\$ 736,11	R\$ 23,40	jul-10	-0,0700	2,1528	R\$ 50,38	163%	R\$ 82,13	R\$ 132,51
15	R\$ 759,52	R\$ 736,11	R\$ 23,40	ago-10	-0,0700	2,1543	R\$ 50,42	163%	R\$ 82,18	R\$ 132,60
16	R\$ 759,52	R\$ 736,11	R\$ 23,40	set-10	0,5400	2,1558	R\$ 50,45	163%	R\$ 82,24	R\$ 132,70
17	R\$ 759,52	R\$ 736,11	R\$ 23,40	out-10	0,9200	2,1442	R\$ 50,18	163%	R\$ 81,80	R\$ 131,98
18	R\$ 759,52	R\$ 736,11	R\$ 23,40	nov-10	1,0300	2,1247	R\$ 49,73	163%	R\$ 81,05	R\$ 130,78
19	R\$ 759,52	R\$ 736,11	R\$ 23,40	dez-10	0,6000	2,1030	R\$ 49,22	163%	R\$ 80,23	R\$ 129,45
20	R\$ 759,52	R\$ 736,11	R\$ 23,40	jan-11	0,9400	2,0905	R\$ 48,93	163%	R\$ 79,75	R\$ 128,67
21	R\$ 759,52	R\$ 736,11	R\$ 23,40	fev-11	0,5400	2,0710	R\$ 48,47	163%	R\$ 79,01	R\$ 127,48
22	R\$ 759,52	R\$ 736,11	R\$ 23,40	mar-11	0,6600	2,0599	R\$ 48,21	163%	R\$ 78,58	R\$ 126,79
23	R\$ 759,52	R\$ 736,11	R\$ 23,40	abr-11	0,7200	2,0464	R\$ 47,89	163%	R\$ 78,07	R\$ 125,96
24	R\$ 759,52	R\$ 736,11	R\$ 23,40	mai-11	0,5700	2,0318	R\$ 47,55	163%	R\$ 77,51	R\$ 125,06
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 561,70</b>				<b>R\$ 1.216,44</b>		<b>R\$ 1.982,79</b>	<b>R\$ 3.199,23</b>



**ANEXO V – Resumo**

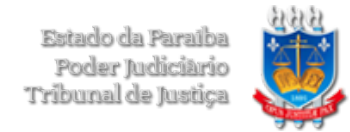
Resumo dos Valores a Serem Restituídos - Pelo INPC	
Valor a ser devolvido apuradas conforme sentença (Anexo I -A):	R\$ 561,70
<b>VALOR TOTAL A SER DEVOLVIDO:</b>	<b>R\$ 561,70</b>
<b>Correção Monetária: INPC</b>	
Diferenças apuradas no Anexo II-A com correção monetária:	R\$ 1.216,44
<b>VALOR TOTAL REFERENTE AS PARCELAS CORRIGIDAS:</b>	<b>R\$ 1.216,44</b>
<b>Juros de Mora de 1% a.m. da citação, em 17/02/2010</b>	
Juros de Mora no Anexo II-A:	R\$ 1.982,79
<b>VALOR TOTAL REFERENTE AOS JUROS DE MORA:</b>	<b>R\$ 1.982,79</b>
VALOR TOTAL PARA O AUTOR EM 30/09/2023:	<b>R\$ 3.199,23</b>
<b>HONRÁRIOS (ARBITRADOS NA SENTENÇA em 10/05/2017):</b>	
Índice de Correção INPC de 05/2017 até 08/2023:	1,576803
Juros do Trânsito em Julgado em 21/06/2017	75%
<b>HONRÁRIOS EM 31/08/2023:</b>	<b>R\$ 2.759,40</b>
<b>VALOR TOTAL DA CONDENAÇÃO EM 30/09/2023:</b>	<b>R\$ 5.958,64</b>





Página Inicial ▶ Peritos  
(/sighop/index.jsf)

Ajuda ? (http://suporte.tjpb.jus.br)



## Cadastro de Peritos e Órgãos de Perícia

Tipo de Pessoa:

☐ Física ☐ Jurídica

Nome completo: \*

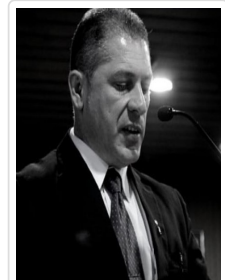
TONEVANO SANTOS PEIXOTO

Data nascimento: \*

10/10/1966

Sexo: \*

Masculino



Alterar foto

Nome Social:

TONEVANO SANTOS PEIXOTO

CPF: \*

486.469.974-72

Identidade: \*

1076486 \_\_\_\_\_

Órgão: \*

SSDS PB

INSS/PIS/PASEP: \*

12189873470

Tipo: \*

PIS/PASEP

Escolaridade: \*

Pós-graduação

Nome da mãe: \*

MARIA DO CARMO SANTOS PEIXOTO

Nome do pai:

CICERO PEIXOTO DE MELO

Email: \*

toni\_peixoto@hotmail.com

Telefone: \*

(83) 98844-4443

☐ Tornar dados de contato públicos

Municípios de atuação: \*

João Pessoa

Profissão \*

Profissão	Área de Atuação	Nº Registro	Opções
Contador	Privada	4823	<div><div></div><div></div></div>

Adicionar profissão

Endereço \*

CEP \*

58101-572

☐ Não sei o CEP

Estado \*

Paraíba (PB)

Município / Localidade \*

Cabedelo

Bairro ?

Poço

Logradouro \*

R. Santa Cavalcante

Número \* ?

192

Complemento

Nº do apto., edifício, referência, etc.

Arquivos comprobatórios \*

Arquivo	Remover
DOCUMENTOS COMPROBATÓRIO	<div></div>

Anexar arquivo

Dados bancários

Banco: \*

Banco do Brasil S.A.

Agência: \*

33960

Conta: \*

172650

Tipo conta: \*

Corrente



Gravar cadastro



Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba  
Diretoria Especial

Processo nº 2023.163.044

Requerente: Juízo da 11ª Vara Cível da Comarca da Capital

Interessado: Tonevânio Santos Peixoto – Perito Contador - toni\_peixoto@hotmail.com

Os presentes autos versam sobre requisição de pagamento de honorários, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), em favor do Perito Contador, Tonevânio Santos Peixoto, CPF 486.469.974-72, PIS/PASEP 12189873470, nascido em 10/10/1966, CBO 2522-10, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0037034-17.2009.8.15.2001, movida por JOÃO EVANGELISTA DA SILVA, CPF 374.574.974-04, em face da AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A., CNPJ 07.707.650/0001-10, perante o Juízo da 11ª Vara Cível da Comarca da Capital.

A Resolução nº 09/2017, deste Tribunal, de 21 de junho de 2017, modificada pela Resolução nº 12, de 10 de março de 2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 11 de março de 2021, disciplinou, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos ao pagamento dos honorários periciais, nos casos em que a parte goze da gratuidade da justiça.

No § 1º, inciso IV, do art. 4º, da mencionada resolução, restou anotado que os valores a serem pagos pelos serviços de perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, na hipótese do art. 95, § 3º, II, do Código de Processo Civil, são os fixados na Tabela constante no Anexo da Resolução 232, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Em seu art. 5º, ressaltou que o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela, anexo da Resolução, em até 05 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada e atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade da matéria, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço, ficando, nesse caso, o pagamento condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura.

O Ato 99/2017, da Presidência deste Tribunal, à sua vez, dispôs sobre o procedimento das requisições de pagamento de honorários de peritos, oriundas de processos judiciais em tramitação sob o pálio da justiça gratuita, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus.

Laudo anexado às fls. 17/27, dos presentes autos.

Analisando os autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal – SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro do Perito Contador, Tonevânio Santos Peixoto, CPF 486.469.974-72, encontra-se na situação de ativo.

No caso em tela, o valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), em favor do Perito Contador, Tonevânio Santos Peixoto, CPF 486.469.974-72, PIS/PASEP 12189873470, nascido em 10/10/1966, CBO 2522-10, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0037034-17.2009.8.15.2001, movida por JOÃO EVANGELISTA DA SILVA, CPF 374.574.974-04, em face da AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A., CNPJ 07.707.650/0001-10, perante o Juízo da 11ª Vara Cível da Comarca da Capital, ultrapassa o valor máximo estabelecido na Tabela I, Anexo I, da referida Resolução Administrativa.

Nesse contexto, o pedido de pagamento da despesa fica condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura, nos termos do artigo 5º da Resolução nº 09/2017, deste Tribunal, para onde deve ser remetido o presente ADM Eletrônico, a fim de ser distribuído a um dos seus integrantes.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor da presente decisão, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 06 de novembro de 2023.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



Número: **0037034-17.2009.8.15.2001**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **11ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **08/10/2009**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Contratos Bancários**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOAO EVANGELISTA DA SILVA (EXEQUENTE)		KALINE GOMES BARRETO (ADVOGADO)	
AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A (EXECUTADO)		HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (ADVOGADO)	
TONEVANIO SANTOS PEIXOTO (PERITO / INTÉRPRETE)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
81719584	06/11/2023 14:33	<a href="#">Outros Documentos</a>	Outros Documentos

Decisão lançada no ADM - Processo nº 2023.163.044, que remeteu ao Conselho da Magistratura, para aprovação do pagamento da despesa no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), em favor do Perito Contador, Tonevânio Santos Peixoto, CPF 486.469.974-72, PIS/PASEP 12189873470, nascido em 10/10/1966, CBO 2522-10, pela realização de perícia nos autos do processo em referência.



TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA PARAIBA  
SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSOS DE 2º GRAU

TERMO DE RECEBIMENTO  
-----

Processo: 0000296-28.2023.815.0000      Num 1º Grau: 0037034-17.2009.815.2002  
Data de Entrada : 06/11/2023      Hora: 14:52  
Número de Volumes: 1      Qtd Folhas: 31      Qtd de Apensos:  
Numeração : 02 A 32      Qtd Vol.Apenso:  
Número de Folhas : Repetidas:      Omitidas:  
   Em Branco:  
Agravo Retido às folhas de :      a

Classe : PEDIDO DE PROVIDENCIAS  
Assunto: HONORARIOS PERICIAIS.

Histórico : EXP DA 11A VARA CIVEL DA CAPITAL, REQUISITANDO PAGAMENTO DE HONORARIOS EM FAVOR DE TONEVANIA SANTOS PEIXOTO, PELA REALIZACAO DE PERICIA NO PROCESSO N. 0037034-17.2009.8.15.2001

Autor: JOÃO EVANGELISTA DA SILVA  
Reu : AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A

João Pessoa, 6 de novembro de 2023

-----  
Responsavel pela Digitação

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA PARAIBA

TERMO DE AUTUAÇÃO, REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO

ESTES AUTOS FORAM DISTRIBUIDOS POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO,  
REGISTRADOS EM MEIO MAGNÉTICO E AUTUADOS COM AS OBSERVAÇÕES ABAIXO:

Processo : 0000296-28.2023.815.0000 Processo CPJ: /  
Proc 1º Grau: 0037034-17.2009.815.2002 Processo 1º:  
Autuado em : 06/11/2023  
Classe : PEDIDO DE PROVIDENCIAS  
Valor da Causa : Volumes : 001  
Comarca : 999 -----  
Tipo Distrib. : AUTOMATICA Distrib. em: 06/11/2023 14:54  
Órgão Julgador : CONSELHO DA MAGISTRATURA  
Relator : 081 DES. ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA

Assunto :  
HONORARIOS PERICIAIS.

IDENTIFICACAO DAS PARTES:

-----:  
EXPEDIENTE DO JUIZO DA 11A VARA CIVEL DA COMARCA  
DA CAPITAL, REQUISITANDO PAGAMENTO DE HONORARIOS EM  
FAVOR DE TONEVANIA SANTOS PEIXOTO, PELA PERICIA REA  
LIZADA NO PROCESSO N.0037034-17.2009.8.15.2001, MO-  
VIDO POR JOÃO EVANGELISTA DA SILVA, EM FACE DE AYO  
RE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A (ADM.  
2023.163.044)

JOAO PESSOA, 6 DE NOVEMBRO DE 2023

-----  
RESPONSAVEL PELA DIGITACAO



**Visto.**

**Considerando o meu ingresso em Gozo de Licença para Tratamento de Saúde, encaminho o Processo à DIESP – Diretoria Especial para a redistribuição do Processo ao meu Substituto/Suplente no Conselho da Magistratura.**

**João Pessoa, datado e assinado eletronicamente.**

**Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira**

**Relator**



Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba  
Diretoria Especial

Processo nº 2023163044

À consideração de Sua Excelência, o Desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, suplente do Conselho da Magistratura, em estrito cumprimento aos termos do despacho retro.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 21 de novembro de 2023.

Robson Cananéa – Diretor Especial



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**GABINETE DO DES. MÁRCIO MURILO DA CUNHA RAMOS**

**DESPACHO**

Vistos,

Trata-se de processo administrativo, referente ao pagamento de honorários periciais, encaminhado para este signatário, na condição de 2ª Suplente, em razão da licença médica do relator, o Exmo. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, membro titular do Conselho da Magistratura, no período de 01 a 22 de dezembro de 2023 (OFÍCIO TJPB/ASMAG Nº 15/2023).

Tendo em vista o término do período acima referido e o retorno do Excelentíssimo Desembargador relator, encaminhem-se estes autos ao respectivo gabinete.

Cumpra-se.

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

**Márcio Murilo da Cunha Ramos**  
**DESEMBARGADOR**



**ADM 2023163044**

Visto.

Em mesa para julgamento.

João Pessoa, data do julgamento eletrônico.

Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira - Relator



ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Assessoria do Conselho da Magistratura*

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2023.163.044. Requerente:** Juízo da 11ª Vara Cível da Comarca da Capital. **Assunto:** Solicitação de pagamento de honorários periciais em favor do Perito Contador Tonevânio Santos Peixoto, por perícia realizada no processo nº 0037034-17.2009.8.15.2001.

## Certidão

*Certifico*, para fins e efeitos legais, que os integrantes do Egrégio Conselho da Magistratura, em sessão ordinária, hoje realizada, apreciando o processo acima identificado em pauta suplementar, proferiram a seguinte decisão:

**AUTORIZADO O PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS, NO VALOR DE R\$ 600,00 (SEISCENTOS REAIS). UNÂNIME.**

Presidiu a sessão, com voto, o Excelentíssimo Senhor Desembargador João Benedito da Silva – Presidente. *Relator: Excelentíssimo Senhor Desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira.* Participaram, ainda, do julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho, Carlos Martins Beltrão Filho (Corregedor-Geral de Justiça), Maria das Graças Moraes Guedes (Vice-Presidente) e Joás de Brito Pereira Filho.

Ausente o representante do Ministério Público Estadual.

Conselho da Magistratura, Sala de Sessões “*Des. Manoel Fonsêca Xavier de Andrade*” do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, no dia 16 de fevereiro de 2024.

*Robson de Lima Cananéa*  
DIRETOR ESPECIAL

15PS.I



Número: 0037034-17.2009.8.15.2001

Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA  
Órgão julgador: 11ª Vara Cível da Capital  
Última distribuição : 08/10/2009  
Valor da causa: R\$ 0,00  
Assuntos: Contratos Bancários  
Segredo de justiça? NÃO  
Justiça gratuita? NÃO  
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? NÃO

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOAO EVANGELISTA DA SILVA (EXEQUENTE)		KALINE GOMES BARRETO (ADVOGADO)	
AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A (EXECUTADO)		HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (ADVOGADO)	
TONEVANIO SANTOS PEIXOTO (PERITO / INTÉRPRETE)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
85719943	17/02/2024 15:57	<a href="#">Comunicações</a>	Comunicações

Decisão do CONSELHO DA MAGISTRATURA, lançada no ADM nº 2023.163.044, referente a requisição de pagamento de honorários, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), em favor do Perito Contador, Tonevânio Santos Peixoto, CPF 486.469.974-72,

PIS/PASEP 12189873470, nascido em 10/10/1966, CBO 2522-10, pela realização de perícia nos autos da Ação em referência.

Robson Cananéa - Diretoria Especial

